

# Brasil quer US\$ 3 bilhões para rolar a dívida até março

24 AGO 1988

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

O governo brasileiro pretende apresentar ao comitê de assessoramento dos bancos credores, nas próximas semanas, uma proposta de renegociação da dívida que vence neste ano e no primeiro trimestre de 1989, podendo solicitar algum dinheiro novo para complementar o pacote a ser montado a partir da assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, disse ontem a este jornal que a reunião com o comitê dos banqueiros, em Nova York, deverá ocorrer "tão logo haja melhor definição dos entendimentos com o FMI". O montante a ser renegociado dependerá de quanto virá do FMI e do Banco Mundial, bem como da participação do governo japonês.

O secretário para assuntos econômicos e principal negociador com o FMI, Michael Gartenkraut, informou à editora Maria Clara R. M. do Prado, deste jornal, que o Brasil precisa neste ano de aproximadamente US\$ 3 bilhões para pagar os compromissos sem comprometer o nível estratégico de US\$ 6 bilhões em reservas internacionais. Estes US\$ 3 bilhões correspondem grosso modo aos juros devidos aos bancos privados, dos quais a maior parte vence em setembro.

"Nossa posição é clara: só podemos efetuar esses pagamentos se pudermos contar com novos recursos" — disse Gartenkraut, explicando que o governo tentará fechar simultaneamente os entendimentos com o FMI, com Banco Mundial e com bancos privados. "Mas o FMI é a peça mais importante" — observou, já que os demais credores condicionam sua participação à assinatura de novo acordo.

A proposta aos bancos incluirá várias alternativas, como uma colocação adicional de bônus de saída (exit bonds), pelos quais os subscritores trocam seus títulos de crédito por papéis de longo prazo do governo brasileiro. O secretário Sérgio Amaral admite incluir na negociação também a possibilidade de conversão da dívida vincenda, sem impacto sobre a expansão monetária.

"Vamos explorar todas as possibilidades de redução do estoque da dívida." Ele acredita que o País poderá contar mesmo com os mecanismos do Plano Brady, utilizando uma pequena parte dos recursos que virão do FMI e do Banco Mundial para operações de recompra dos títulos brasileiros com desconto. "Claro que o volume não seria grande, já que o acordo será de curto prazo, válido apenas para este governo."

Além de afastar a ameaça de uma crise cambial

que aumentaria os riscos de uma hiperinflação, a renegociação que se vem tentando com os credores abrirá caminho para um acordo de longo prazo a ser feito pelo próximo governo, envolvendo um volume de recursos muito mais expressivo, segundo Amaral. Já está definido que o acordo com o FMI cobrirá apenas o restante do governo Sarney.

Gartenkraut explicou que os entendimentos com o FMI ainda estão na fase de "troca de simulações", em torno das metas que serão prometidas no programa de ajuste. Não está certo como ocorrerão os próximos passos, que podem envolver desde um acordo técnico por telefone até uma nova viagem a Washington. Os dois lados vêm calculando também o montante que será necessário para fechar o balanço de pagamentos deste ano.

A ênfase do novo programa será realmente na política monetária, mas as

medidas seriam adotadas "com ou sem acordo com o FMI", segundo o secretário para Assuntos Internacionais. "São medidas necessárias para manter o controle da economia, a maior parte das quais já foi adotada." O ajuste baseado no acordo monetário, com juros reais elevados e controle sobre a expansão da base e dos meios de pagamento, foi o único caminho que restou ao atual governo, diante das dificuldades políticas para executar um drástico ajuste fiscal.

As metas macroeconómicas serão fixadas em base trimestral, assim como os desembolsos de recursos do próprio FMI. Provavelmente haverá na prática novo acordo, que tecnicamente seria firmado como uma "modificação do acordo 'stand by'" assinado no final de julho do ano passado. Nesse caso seria concedido automaticamente o "waiver" (perdão) pelo descumprimento das metas anteriores.